



**Quem tem medo do racismo
na educação infantil?
Formação docente para as
relações étnico-raciais**

Viviane Aline Marcolino de Lima

5

INTRODUÇÃO

Este relato refere-se às experiências compartilhadas durante o estágio em Gestão e Coordenação do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. As colaborações aconteceram em proposta de formação para relações étnico-raciais, junto aos docentes de um Centro Municipal de Educação Infantil (CEMEI), situado em um bairro periférico na zona urbana de Natal/RN. Objetiva discutir sobre a formação continuada desenvolvida na escola, na perspectiva de pensar a descolonização de discursos e práticas no espaço escolar, que favoreçam a construção de um currículo empoderador e antirracista que reverbere dentro e fora da sala de aula. É importante garantir que desde a infância os/as alunos/as possam conhecer as Áfricas e os sujeitos negros em diáspora e problematizar a perspectiva de que foi a escravidão o ponto de partida da história do povo negro.

No CEMEI, campo de estágio, a gestão é democrática e todos os membros possuem formação acadêmica na área educacional. A escola atende ao público da Educação Infantil, com o nível I (crianças de 2 anos a 2 anos e onze meses), nível II (crianças de 3 anos a 3 anos e onze meses), nível III (crianças de 4 anos a 4 anos e onze meses) ao nível IV (crianças de 5 anos a 5 anos e onze meses). No período matutino com aulas das 7h às 11h e no vespertino das 13h às 17h. O estágio de gestão aconteceu tendo como foco toda a instituição, na qual rapidamente se observou a presença de alunas/es/os matriculadas/es/os em um número expressivo de crianças negras. As colaborações aconteceram de modo presencial no segun-

do semestre de 2021.

Mediante observação foi constatado que a escola já oferecia formação continuada voltada para deficiências, pois existem alunos/as público alvo da educação inclusiva neste espaço. Como estratégia, o projeto da colaboração do Estágio em Gestão e Coordenação Pedagógica aconteceu em horário destinado ao planejamento da instituição cedido pelas gestoras, o qual também é utilizado para essas formações citadas.

As experiências formativas, vivenciadas no CEMEI, ancoram-se nas singularidades da educação infantil e em sua importância para o desenvolvimento de inúmeras habilidades. Analisei falas de professoras da instituição (todo o corpo docente é composto por mulheres) sobre crianças que não querem brincar com outras em razão da cor da pele, de indicativos que não gostam do cabelo e não vêem beleza em si mesmas e em suas características. Além de conversas dos próprios estudantes entre si, como por exemplo, na observação dos alunos, em roda inicial, um dos estudantes se refere a uma colega como “neguinha”. A professora tenta mediar a situação perguntando-o se é assim que ele chama as pessoas em casa e evidencia a importância de se dirigir aos colegas pelo nome, verbalizando repetidamente o nome dela. Ao mesmo tempo que ela não permite que a situação se repita quando rapidamente entendeu o teor da “brincadeira” e a importância de repreender o comportamento, as crianças seguem sem entender os motivos pelos quais aquilo seria errado. Não fica escuro a questão racial presente na ação, mas não há uma conversa sobre a cor da pele. Inclusive, é pertinen-

te mencionar que o aluno em questão tem a pele levemente mais clara que a aluna que ele denomina “neguinha”.

Outras situações preocupantes com crianças negras são silenciadas, como por exemplo, o aluno que não brinca com o outro por sua cor de pele. As docentes, por sua vez, não abordam o assunto e invisibilizam as situações de racismo. Uma delas citou que era necessário abordar, mas que não sabia como fazer e que seria um assunto muito pesado para tratar com crianças da educação infantil. Foi nesse contexto que uma prática colaborativa de formação continuada para as relações étnico-raciais se fez necessária e urgente no CEMEI onde realizei o meu estágio.

O ponto de partida foi a Lei nº 10.639/2003 que institui a obrigatoriedade do ensino da História da África e da Cultura Afro-Brasileira e que representou grande avanço no sentido da construção da educação para as relações étnico-raciais. Embora na educação infantil seja visível situações de discriminação racial com certa frequência no cotidiano das crianças, nas escolas pelas quais passei, observei ainda ser pequena a presença dos trabalhos que abordam relações étnico-raciais nessa etapa da educação. Foi perceptível, na minha experiência como estagiária, que as professoras sabiam pouco sobre a lei, o que tornou necessário uma apresentação mais profunda sobre sua importância. Ficou muito forte pra mim o quanto as professoras imaginavam que a referida lei não interessava à educação infantil. Porém, considero que a educação infantil tem papel importante para o desenvolvimento humano, na formação da identidade e nos

modos de começar a compreender o mundo. Ao meu ver, a não obrigatoriedade da lei para esse nível de ensino contribui para esse silenciamento que observei tão de perto.

Logo, a formação para identificar e lidar com situações de discriminação racial e de preconceito étnico, bem como para a construção de uma educação que se pretende antirracista, se torna crucial na educação infantil, já que os aprendizados racistas, como observo nas instituições escolares desde 2018 ao entrar em programas de iniciação a docência, também iniciam muito cedo (CAVALLEIRO, 2004). Profissionais de uma instituição de ensino precisam estar preparados para o enfrentamento de situações de discriminação racial e de preconceito étnico, bem como para a construção de uma educação que se pretende antirracista.

SABERES E FAZERES FORMATIVOS

Considerando as várias questões citadas, reafirmo que no CEMEI que estagiei, cheguei a conclusão que havia a necessidade de formação para as relações étnico-raciais e as situações emergentes da escola, evidenciando a importância desse trabalho que também é papel da gestão. Percebi um certo receio em falar sobre o assunto tanto por parte das professoras quanto das gestoras. Por isso, apresentei, durante o estágio em gestão e coordenação, um projeto de colaboração nomeado “Construindo práticas antirracistas na Educação Infantil” que objetivou oferecer formação para trabalhadoras/es da Educação Infantil (professoras/es, coordenadoras/es pedagógicas, auxiliares de limpeza, entre outras/es/os).

Em razão dos horários de funcionamento da escola e da dinâmica de trabalho dos funcionários, o projeto de colaboração foi desenvolvido apenas com docentes cujo foco era o desenvolvimento de uma postura efetivamente antirracista em seus respectivos contextos de atuação. Para isso, foram discutidos os conceitos de raça, discriminação racial, racismo estrutural e racismo institucional, buscando refletir sobre mecanismos que auxiliassem na identificação e abordagem do racismo na respectiva instituição de ensino de educação infantil. Soma-se a esse objetivo o de que as/es/os profissionais fossem capazes de pensar a descolonização de discursos, atitudes e práticas no espaço escolar, podendo, a partir daí, favorecer a construção de um currículo empoderador, com atitudes antirracistas dentro e fora da sala de aula.

Inicialmente, além da observação e conversa com a gestão, fiz um momento de partilha com as docentes do turno da manhã e elas relataram suas experiências, maiores dúvidas e angústias em relação a um trabalho dessa natureza. Esse diálogo foi muito importante para servir de base para os conteúdos que seriam trabalhados na formação. Este primeiro contato foi totalmente constituído de escuta. Destaco alguns pontos importantes trazidos por elas: “É possível falar de racismo sem dor com as crianças?”, “Como escolher uma literatura adequada?”, “Como vou falar disso se eu não sei nada sobre essas coisas?”, “Como agir nos momentos preconceituosos?”

Nesse sentido, busquei realizar um diálogo de pontos importantes experienciados na instituição com a produção acadêmica e

interrogar as pedagogias colonizadoras praticadas e capturadas na escola e em outras pesquisas, com o intuito de refletir sobre a importância da descolonização de tais pedagogias. O projeto se justificou por garantir que as professoras tenham maior entendimento para possibilitar que desde a infância as/es/os alunas/es/os possam ter o contato e um olhar mais amplo sobre as Áfricas e os sujeitos negros em diáspora. Perspectivas distanciadas do estereótipo e desvinculadas da opressão que foi a escravidão e que permanece sendo vista como ponto de partida da história do povo negro, apesar de comprovadamente o continente ter sido o berço da humanidade (DIOP, 1974). Defendi e defendo que para educar é preciso se autoeducar.

Destaco, dentre as obras que influenciaram nesse percurso, o livro “Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade”, de bell hooks (2013); e de Paulo Freire, coloco a importância do livro “Cartas à Guiné-Bissau” (1978) na construção das práticas pedagógicas que se tornam suleares na reflexão da descolonização da escola e do currículo para uma educação libertária. A referência freiriana na obra citada diferencia-se das demais, pois traz ideias de pensadores como Frantz Fanon e Amílcar Cabral, que inspiram o pensamento de Freire e, assim, reflete sobre a “reafricanização das mentalidades” que encontramos na produção teórica de Cabral. As teorias influenciadas por hooks e Freire, que têm grande relevância ainda no planejamento da formação, refletiram em pensar formas de estratégias e atitudes necessárias no combate ao racismo, assim como, para transgredir

e ressignificar conceitos no espaço escolar que podem contribuir com a produção de sujeitos de direito, que respeitam e valorizam as diferenças.

Entendo que a educação das relações étnico-raciais perpassa pelo entendimento de alguns conceitos essenciais que podem produzir um olhar diferente, mais reflexivo e crítico sobre as pessoas negras. Neste sentido, a formação teve duração de 30 horas e se dividiu em momentos que se seguem:

- Apresentação e discussão dos conceitos de raça, discriminação racial, racismo estrutural, racismo institucional e da lei nº 10.639/03;
- Reflexão pedagógica a respeito das situações de racismo nos espaços escolares, das proposições da presença africana na formação do povo brasileiro e do apagamento das pessoas negras diaspóricas nos conteúdos escolares;
- Análise de materiais, literaturas, falas de professoras sobre o tema e reflexões para pensarmos juntas, como por exemplo: “Você se lembra de ter lido, na sua infância ou adolescência, histórias cujos protagonistas fossem personagens negras?”; “Já imaginou como seriam os contos clássicos, dos Irmãos Grimm ou de Perrault, caso fossem ambientados em nosso país?”; “Como seriam essas personagens, se tivessem nossos rostos, nossos traços, nossa pele?”;
- Apresentação de práticas/ferramentas para a superação de ações racistas per-

tinentes à função social das/es/os trabalhadoras/es da educação participantes da formação (para isso levei práticas, ideias de materiais e jogos já produzidos por mim);

- Realização de momentos assíncronos que, por sua vez, contemplaram a leitura de materiais, o acesso às literaturas indicadas e disponibilizadas no drive, aos slides com metodologias pedagógicas desenvolvidas para esse fim e as mídias audiovisuais que abordam o tema de maneira adequada.

A Lei nº 10.639/03, que institui a obrigatoriedade do ensino da História da África e da Cultura Afro-Brasileira, representou grande avanço no sentido da construção da educação para as relações étnico-raciais, por isso atravessou a formação. Embora na educação infantil seja visível situações de discriminação racial com certa frequência no cotidiano das crianças, encontrei poucos trabalhos que abordam relações étnico-raciais efetivamente nesta etapa da educação pelas escolas onde passei durante esses anos. Esse tipo de trabalho era mais presente na celebração da consciência negra. Foi perceptível que as professoras sabiam bem pouco sobre a lei, sendo necessário uma apresentação mais profunda sobre suas importância. Ficou muito forte pra mim o quanto elas imaginavam que nada em relação a ela interessa à educação infantil. Porém, considero que a educação infantil tem

1. Aqueles que saíram de África de maneira forçada, capturados e inseridos nesta nova sociedade e que constituem nossas marcas estruturais.

2. Em oposição ao pensamento da pretensa superioridade do Norte sobre o Sul, uma crítica à colonialidade. Ver ‘SULear: uma nova leitura do mundo’, disponível em <https://sulear.com.br/beta3/>. Acesso em 12 nov. 2022.

papel importante para o desenvolvimento humano, a formação da personalidade, a construção da inteligência e a aprendizagem. As/Es/Os profissionais de uma instituição de ensino precisam estar preparadas/es/os para o enfrentamento de situações de discriminação racial e de preconceito étnico, bem como para a construção de uma educação que se pretende antirracista.

Luana Tolentino (2021), em seu livro “Outra educação é possível: Feminismo, antirracismo e inclusão em sala de aula”, aborda questões nesse sentido e incentiva que o assunto seja incluído na práxis pedagógica, além de pontuar sobre a importância da busca pelo conhecimento afrorreferenciado. Formações, como a apresentada, colocam também para a gestão escolar sua importância no auxílio à equipe docente para esta adquira conhecimentos e práticas pedagógicas que contribuam para a educação antirracista, pois o trabalho perpassa o currículo escolar, a formação das/es/os docentes e funcionárias/es/os, a gestão e a metodologia adotada. Insisto que, para que o trabalho seja efetivo, é preciso pesquisar, dialogar, refletir sobre atitudes cotidianas (dentro e fora da escola, em seu entorno) e planejar a execução de medidas concretas.

Observo ainda extremamente presentes práticas voltadas para um currículo turístico, que invisibiliza, apaga e silencia a diversidade cultural nos currículos (SANTOMÉ, 2008). A educação antirracista não deve existir apenas em datas comemorativas específicas, mas sim cotidianamente. Reforço com o corpo docente que precisamos estar atentas para que a diversidade cultural não seja apresentada apenas em estudos

isolados. Fazer palitoche de uma menina negra estereotipada no dia da consciência negra ou um cocar de “índio” somente pela “comemoração” das datas são exemplos de “conteúdo turístico”- aquele que está de passagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde o início da observação no estágio percebi que as profissionais são dedicadas, estão sempre pesquisando, propondo formações, e com as relações étnico-raciais não foi diferente. Evidenciei que, para trabalhar com as crianças, seria necessário reinventar (re)significando os próprios (pré) conceitos, padrões e valores. A formação foi bem recebida pela maioria das pessoas e as discussões tiveram participação de todas. Elas fizeram muitas perguntas e colocaram suas opiniões o tempo todo, o que foi muito interessante para a movimentação e para que a formação fosse adequada ao contexto, baseando-se nas falas e expressões que vinham das docentes.

Algumas das profissionais demonstraram possibilidades de descolonização de discursos, atitudes e práticas antirracistas no espaço escolar, podendo favorecer a construção de um currículo empoderador, com atitudes dentro e fora da sala de aula. Acerca da lei nº 10.639/03, as professoras demonstraram, nas discussões finais, um olhar mais apurado para estarem atentas e observar como esse trabalho impacta diretamente nas/es/os alunas/es/os, pois podem passar a ter orgulho de sua negritude. Além disso, assumiram o compromisso de pensar suas posturas frente ao racismo no

ambiente educacional, passando a ler histórias com personagens negras sem perfil estereotipado e abolindo a pronúncia de palavras racistas de seus vocabulários mediante, também, a reinvenção de suas práticas em razão dos aspectos estudados.

Acrescento que não há como falar em relações étnico-raciais sem mencionar os povos indígenas. Mesmo não sendo pauta no curso, que foi estruturado mediante conversa, e tendo percebido maiores questões relacionadas à negritude, a lei nº 11.645 foi mencionada várias vezes. Nos dando, assim, a oportunidade de discutir questões importantes, o que também me levou a mostrar materiais e jogos que produzi voltados aos povos originários. Penso ainda que poderia ser ofertada outra formação com esse direcionamento, tamanha sua pertinência, com o protagonismo que ele merece. Enxerguei interesse das professoras em discutir mais e também disponibilizei materiais de aprofundamento.

Cabe ainda citar que nem todas se mostraram tão abertas. Uma das docentes, que acreditava ter sofrido com racismo reverso, aparentemente não aceitou muito bem quando pontuei que este não existia. Mas, em outras discussões, ela aparentemente considera a reflexão, como por exemplo quando afirmo que não é legal rezar o “pai nosso” na escola, argumentando que esta oração é universal, quando na verdade outras religiões são apagadas e tidas como menos importantes. Elas, no geral, elogiaram muito o curso e verbalizaram como foi importante para elas terem a oportunidade de ter aprendido sobre esse tema tão relevante. Também citaram que, tendo acesso

aos materiais que disponibilizei, já é um passo importantíssimo para a mudança de suas práticas. Outro ponto muito importante foi os exemplos e produções que lhes apresentei, pois elas disseram se sentir inspiradas em produzir os delas, iguais ou com ideias que tiveram depois dos exemplos apresentados.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria Especial de Política de Promoção da Igualdade Racial. **Lei 10.639/03. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** CNE/CP 3/2004, resolução nº 1, de 17 de junho de 2004. Brasília, DF, junho/2005.

CAVALLEIRO, Eliane. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil.** São Paulo:Contexto, 2004.

DIOP, C. A. **The African origin of civilization: myth ou reality?** Westport: Lawrence Hill, 1974. [Tradução: Mercer Cook.]

SANTOMÉ, Jurjo Torres. As culturas negadas e silenciadas no currículo. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Alienígenas na sala de aula.** 11. ed. Petrópolis: Vozes 2013. p. 155-172.

TOLENTINO, Luana. **Outra educação é possível: feminismo, antirracismo e inclusão em sala de aula.** Belo Horizonte: Mazza Edições, 2021.